

zões político-estratégicas teriam decidido o Infante D. Henrique e o rei.

A hipótese dos dois historiadores é aceitável, e a única dificuldade que permanece reside na Bula de Eugénio IV datada de 8 de Setembro de 1436; com efeito o Papa aplaude a idéia de D. Duarte de arrancar das mãos dos infiéis as terras por elles occupadas, roga a toda a Cristandade que o auxilie, concede plenária remissão dos pecados aos que no empreendimento participarem, e estabelece que ficarão sujeitas à corôa portuguesa as terras conquistadas aos infiéis. As concessões desta Bula vão evidentemente contra os princípios que nas anteriores se estabeleceram e certamente desagradaria a Castela. Seja como fôr quanto à explicação da attitudem pontifícia (sabemos, pelas investigações de Domingos de Maurício, da intensa actividade diplomática portuguesa junto da Santa Sé neste período), não há dúvida que esta Bula incitaria os castelhanos a uma acção militar para colocar a Santa Sé e Portugal perante o facto consumado, e por isso impunha-se à corôa portuguesa uma decisão immediata se não queria abandonar a Castela a conquista da Tingitânia e das Canárias.

Se não queria abandonar a Castela a conquista da Tingitânia e das Canárias, dissemos nós. Ao que se me antolha, não se tem prestado a merecida attenção a este ponto. A tentativa contra Tânger só é justificável do ponto de vista de um plano de sistemática conquista de Marrocos e da idéia de um monopólio português dessa conquista. A expedição a Tânger

foi fruto da concorrência de dois países em expansão e também fruto do desejo de remediar os inconvenientes resultantes do isolamento de Ceuta.

Acontece que a conquista marroquina aparece não só desligada como mesmo divergente das navegações de descobrimento. Poderíamos supô-las harmonizáveis e até conexas, se não atendessemos a que a primeira envolve um esforço financeiro hercúleo e uma tal concentração de força militar e naval que são incompatíveis com a continuidade da exploração marítima, tanto mais que aos gastos iniciais há a acrescer as despesas posteriores de occupação.

Da crónica de Rui de Pina ressalta que a empra de Tânger quasi foi imposta ao rei por D. Henrique, e não vejo motivos convincentes para desacreditar inteiramente o cronista. É suficiente, no entanto, admitir que a idéia era de D. Henrique e que não agradava completamente a D. Duarte, cujas próprias dúvidas eram reforçadas pelos outros irmãos. Lendo atentamente Rui de Pina constata-se que a explicação apresentada não é tanto a oportunidade de armar cavaleiro o Infante mais novo como o descontentamento de D. Fernando e possivelmente outros nobres quanto à existência das suas terras e à insuficiência das rendas que usufruíam. O cronista declara que D. Fernando se queixou ao rei porque possuía unicamente Atouguia, Salvaterra de Campo e o Mestrado de Aviz e porque «lhe parecia que com estas cousas ainda em honra, terras e rendas era desigual em muita parte aos Infantes seus irmãos, mostrava de si grande

descontentamento», e falava ao irmão «para abrir caminho de acrescentar mais seu Estado» (capt. X). Não estrangeiro, pela maior largueza das terras, teria mais esperança do seu acrescentamento, embora com trabalho próprio. As informações de Rui de Pina são corroboradas pelo próprio secretário de D. Fernando, Frei Álvares, na sua *Crónica do Infante Santo*.

A insatisfação do Infante devia ser comum a grande parte da nobreza, como revelou Veiga Simões. Ora, repare-se que há incontestável conexão entre a necessidade de novas terras e rendas para a classe nobre, e a idéia de dilatação territorial, o que explica o empenho de impedir que Castela se assenhoreasse do Norte de África. A depreciação monetária e a influência crescente da riqueza mobiliária embaraçavam as casas senhoriais. Mas também uma corrente da burguesia não perdera a esperança, que a levará a Ceuta, de englobar Marrocos nos seus mercados ⁽¹⁷⁾.

Os infantes D. Pedro e D. João opuzeram-se à empresa de Tânger. Se o segundo vinca com finura que a expedição não será serviço de Deus, o primeiro argumenta que já nem vale a pena discutir esse ponto, porquanto guerrear os inimigos da Fé só será serviço de Deus se daí não resultarem danos maiores. D. Pedro mostra o penoso sacrifício financeiro que a expedição acarreta, e sublinha as dificuldades

⁽¹⁷⁾ Para uma discussão mais aprofundada do problema de Tânger, em face das provas, pode ver-se o cap. II dos *Documentos sobre a Expansão*, vol. II.

de uma útil ocupação de Marrocos para uma nação de fraca densidade populacional. Conquistar praças é esforço vão se não se seguir o metódico domínio dos campos e a faina colonizadora; ora, a própria metrópole está por colonizar. Em suma, o Infante das sete partidas opõe-se à política de expansão territorial.

Por outro lado D. Pedro, na sua carta a D. Duarte quando o irmão subiu ao trono, aconselha-o a não ser pródigo de mercês e tenças. Morto o rei, o problema da regência é duramente debatido, a um lado alinham os que do governo de uma mulher e estrangeira pensam retirar o máximo de benefícios e adquirir como que uma autonomia dentro do Estado, e a outro lado enfileiram as cidades partidárias de um poder real forte que não ceda aos abusos da nobreza. D. Pedro é elevado à regência pela imposição das classes urbanas e com visível despeito da classe nobre.

Pretende-se que o Infante de «A Virtude Benfeitoria» encarnasse a política de fixação diametralmente oposta à política de transporte, mas a verdade é que na discussão que precedeu Tânger contrariou somente a conquista de possessões sem se quer aludir às viagens marítimas, e na anterior carta de Bruges frisa a mesma nota. É fácil mesmo aduzir exemplos de incentivo seu às navegações, até na «Crónica da Guiné» de Zurara, a qual é contudo a apologia de D. Henrique. O mais significativo, parece-me, porém, que é o sincronismo entre a influência política exercida por D. Pedro e a in-

tensidade das viagens de descobrimento. Enquanto até 1441 se realizam só três viagens, dêsse ano a 1447 efectuam-se vinte. Em compensação, não se regista nenhuma tentativa em Marrocos, ao passo que antes as navegações se tinham interrompido para a ida a Tânger.

Este conjunto de dados leva a aventar a hipótese de que a Regência de D. Pedro foi decisiva para os descobrimentos, desviando-nos do objectivo norte-africano. E quer-se a contraprova? A partir de 1448 cessam as viagens de exploração, afirmam unanimemente as fontes, e só de novo se realizam em 1456, e não por mandado de D. Henrique. Jaime Cortezão rejeita esta afirmação e defende que, pelo contrário, depois daquela data de 1448 a actividade de descobrir foi ainda mais intensa, mas não documentou suficientemente a sua tese, que foi destruída pela crítica de Duarte Leite ⁽¹⁸⁾. Se em 1448 pára a exploração marítima, ao invés vai manifestar-se novamente em plano dominante a preocupação conquistadora.

A Regência de D. Pedro foi um movimento urbaro, como a Revolução de 1383-5, de que é a continuação, pois enquanto esta se dirigira contra a antiga nobreza, aquela cerceava o desenvolvimento da nova nobreza. Alfarrobeira é a reacção dos nobres, que dominam a vida pública durante o reinado de D. Afonso V. Na Regência as navegações constituíram a preocupação suprema, e a expansão

⁽¹⁸⁾ *O termo meridional das descobertas henriquinas (apêndice a Acêrca da Crónica dos feitos da Guínea, 1941).*

em Marrocos foi postergada; no reinado que se lhe segue, a conquista marroquina constitui a preocupação suprema, e a exploração marítima é relegada para a iniciativa privada. Ressalta com extraordinário relêvo a correlação entre o desenvolvimento social-político e as orientações de expansão, a qual é claramente confirmada ainda pela história posterior. Com D. Afonso V é o período áureo dos feitos militares além-estrito, o período morto das descobertas. As expedições marítimas só prosseguem verdadeiramente quando em 1469 é concedido o monopólio do resgate da Guiné ao rico comerciante de Lisboa, Fernão Gomes: a realza deixava aos mercadores a tarefa de devassar os mares; e durante seis anos continuam os navegadores, a cargo dêsse burguês, a exploração metódica da costa africana. Em 1475 expira o contrato, e o Príncipe D. João encarrega-se dos negócios ultramarinos; quando sobe ao trono entramos no apogeu da política comercial e marítima, do mesmo passo que a nobreza é fêrreamente abatida.

Não existe, por conseguinte, uma directriz única de expansão. Na convergência das necessidades de expansão comercial para a burguesia e de expansão guerreira para a nobreza reside plausivelmente a causa dos descobrimentos e conquistas. Mas as necessidades convergentes de dilatação das duas classes cindem-se e, enquanto os mercadores pretendem chegar aos pontos-fulcros para o tráfego, a nobreza deseja o alargamento territorial pela conquista de Marrocos. Além da política de fixação interna mar-

cam-se dêste modo duas grandes directrizes de expansão: a política de expansão marítima comercial e a política de expansão territorial guerreira, aquela relacionada com os interesses económicos da burguesia, esta com os interesses político-financeiros da nobreza. O Infante D. Pedro encarna a primeira política, D. Henrique representa a segunda.

Mas êste esquema assim apresentado não cinge talvez bem a realidade. Há uma participação dos nobres nos descobrimentos a ter em conta. As casas senhoriais, numa época em que as corveias e os cánones em géneros tinham dado lugar, pelo menos parcialmente, às rendas monetárias, não dispunham já, para manter a sua clientela, do antigo recurso de distribuição de terras a título de prestação do auxílio militar, e, dada a vertiginosa queda do valor da moeda e as crescentes necessidades de uma civilização comercializada, encontravam-se a braços com o áspero problema da sustentação dos cavaleiros e escudeiros, para quem toda a função social girava ainda em torno do senhor. Como consequência, os escudeiros e os cavaleiros, reconhecendo embora que ainda ao serviço do seu senhor, lançam-se nas navegações e procuram os feitos de armas em África; os fidalgos, pelo contrário, para obterem pelas mercês régias o acrescentamento do seu estado, vão es-tancear às praças marroquinas, onde os assaltos às aldeias ajudam também o seu enriquecimento. Afinal pelos seus interesses, os escudeiros e cavaleiros aproximavam-se da classe burguesa e integravam-se na sua directriz.

A questão tem ainda outra faceta. A Barbaria importava também ao comércio da Guiné. O ouro e os escravos, e mais tarde a malagueta, obtinham-se a título de panos e de trigo. Na verdade, para o sul do cabo Não espraíavam-se a terra dos azenegues e a terra dos negros, divididas pelo Senegal, mas ambas carecendo de cereais para a alimentação. Cadamosto informa que os árabes que traficavam na fortaleza de Arguim vendiam os negros e o ouro por panos, prata, tapêtes «e sobretudo trigo, do qual estão sempre famintos» (cap. X da «Navegação» I), e João de Barros refere-se de igual modo a que enviávamos trigo para Arguim (cap. X do Livro I da Década I). Os maometanos, utilizando camêlos, segundo conta o navegador veneziano (Cap. IX), transportam da terra dos negros ouro e malagueta para a Barbaria, e daqui levam para o sul, cobre, prata e outras cousas. Os panos eram também artigo primordial no resgate do ouro, e na carta de quitação de 20 de Setembro de 1450 a Diogo Afonso Malheiro indica-se a exportação de tecidos de Guimarães e de Lamego para o Rio do Ouro. A maioria dos panos utilizados no resgate, era, porém, fabricada no Norte de África. A Oram, conforme indica João de Barros (Cap. VIII, do Livro IV da Década I) iam os portugueses buscá-los para o comércio da Mina. Por Cadamosto sabemos que no resgate nas costas africanas se empregavam sédas mouriscas que se fabricavam em Granada e Tunes (Cap. X); a roupa com que se presenteou Batimansa era feita em terra de mouros (Cap. III da Navegação II). Duarte Pacheco

co não é menos explícito, pois especifica que os panos do resgate do ouro são fabricados em Oram, Tenez, Bona, Bugia e Tunes e outros lugares da Berbéria (Cap. IV do Livro II).

Em conclusão, Marrocos era um centro cerealífero e de indústria têxtil que muito importava ao comércio africano. Por aqui é possível compreender a política de D. João II, de intervenção no Norte de África; o Príncipe Perfeito supera o antagonismo das duas directrizes expansionistas que se cindiram depois de Ceuta, realizando a síntese da exploração do trigo e dos panos marroquinos com o resgate do ouro, dos escravos e da malagueta da Guiné. Ao mesmo tempo continua a ideia henríquina (ou talvez joanina) da conquista das Canárias que como que estão na confluência das duas políticas pois constituem base quer para a ocupação da Barbária quer para escala e protecção eficaz das navegações para a Guiné e para a Índia.

Com D. João II o plano dos descobrimentos e conquistas ultrapassa decididamente os objectivos mediterrâneo e africano para visar o longínquo Oriente, o mundo das especiarias, dos arómatas, das madeiras requintadas, das pedras preciosas, dos tecidos de luxo. Talvez que o plano das Índias já existisse obscuramente na mente do Infante D. Henrique, ou talvez fôsse concepção de quem conhecia a perspectiva europeia dos problemas, o Infante D. Pedro. Carecemos de documentos para estabelecer rigorosamente as circunstâncias em que brotou e se desenvolveu. É indubitável que em tempo dos

filhos de D. João I se pretendeu alcançar o Preste João, é indubitável também que D. João II pretendeu alcançar o Preste João e a Índia; entre estas duas certezas move-se toda a construção histórica. É possível que, com a chegada ao Senegal, que se considerava então, e ainda muito posteriormente, um dos dois braços do Nilo, supuzessem os Infantes que estava encontrado o caminho para o Preste João e para os seus índios, confundidos com os povos para o interior da Guiné, o que explicaria em parte o estacionamento da faina descobridora depois de 1443. Demonstrada a impossibilidade de derivar a expansão dos povos ocidentais do imperialismo islamita, e mostrada a impossibilidade do plano das Índias derivar da ameaça turca ⁽¹⁸⁾, afigura-se-me que a única via para compreendermos a génese desse plano é situá-lo no quadro da concorrência ao quasi monopolio muçulmano-veneziano do comércio oriental ⁽¹⁹⁾. Em tempo do Príncipe Perfeito, diz Duarte Pacheco, havia «muito desejo de acrescentar o comércio e riqueza destes Reynos» (Prólogo do «Esmeraldo»). Vimos já como Duarte Pacheco compreendia o fito de arrancar aos venezianos a distribuição das especiarias na Europa. Afirmações análogas se lêem em Lopes de Castanheda. (Cap. I do Livro I).

⁽¹⁸⁾ A tomada de Constantinopla em 1453 cortou uma das estradas da seda que vinha da China. (Gordon East: *Geography behind History*, Londres 1938, pág. 193). Mas não parece que o problema da seda preocupasse fundamentalmente o Ocidente europeu.

⁽¹⁹⁾ Já Gordon East, em 1938, viu assim o problema (*op. cit.*, pág. 193).